

*Imprensa anarquista e
sexualidade*



IMPrensa ANARQUISTA E SEXUALIDADE

RESUMO

A busca da justiça, do respeito, da igualdade e o combate da impunidade são componentes da doutrina anarquista. Todavia, nem sempre os libertários saíram em defesa de uma posição mais favorável no respeito a dignidade humana, tendo sido assim no que se referiu a violência e a sexualidade de algumas mulheres e aos homossexuais masculinos, uma vez que houve um imenso silêncio sobre a existência lésbica. Esse trabalho apresenta o resultado de uma seleção de 700 artigos que fizeram referência a mulher, publicados na imprensa anarquista do final do século XIX e início do século XX, pesquisa realizada sobretudo no periódico *A Lanterna*, publicado em São Paulo, com caráter anticlerical. Objetivando afastar a mulher da má influência do clero, *A Lanterna* usou a denúncia do exercício da sexualidade dos clérigos considerando-a desordem e a heterossexualidade de leigos e leigas, a ordem sexual. Ao abordarem a homossexualidade masculina, o discurso dos editores não diferiu da posição da Igreja Católica, expondo de maneira contundente a intolerância e a homofobia dos editores.

PALAVRAS-CHAVE

Sexualidade; Anarquismo; *A Lanterna*; Homossexualidade

Os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil foram um momento privilegiado para a discussão da condição feminina em nossa história. Era um cenário novo que trazia para as mulheres fortes possibilidades de ampliarem sua liberdade e cidadania, conquistando novos espaços e mais respeito. Mulheres de diferentes grupos sociais, brasileiras ou imigrantes, trabalhadoras do lar e de fora dele, religiosas ou anticlericais, republicanas ou anarquistas, estiveram envolvidas, com mais ou menos radicalidade, na conquista de igualdade de direitos e de oportunidades.

A imprensa escrita é uma fonte histórica potencial, pois o jornal, além de informar, expõe, como um retrato vivo, o período. O material disseminado pelos artigos publicados n'A *Lanterna*,

¹ Marisa Fernandes é Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo; coordenadora do Coletivo de Feministas Lésbicas desde 1990; co-fundadora do Grupo Somos e do Grupo de Lésbicas Feministas, grupos que iniciaram o movimento homossexual organizado em São Paulo, no final dos anos 70. <fernandes.marisa@uol.com.br>

² Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla cujo resultado foi minha dissertação de mestrado intitulada *Sob os Focos d'A Lanterna: a mulher na imprensa anticlerical de 1909 a 1916*, São Paulo: USP, como uma contribuição para a história da mulher no Brasil. O levantamento documental realizou-se em um tipo específico de imprensa. Ateve-se aos jornais anarquistas, publicados durante as duas primeiras décadas do século XX, mais especificamente, entre 1902 a 1922. Entre os jornais publicados em São Paulo, foram pesquisados 17 títulos diferentes, concentrando-se os estudos no semanário *A Lanterna*, editado em português, sob a direção de Edgard Leuenroth de 1909 a 1916, por seu caráter de propaganda anticlerical, claramente direcionada para a mulher, considerada o sustentáculo e o braço direito da Igreja Católica. D'A *Lanterna* pesquisou-se uma série completa de 293 exemplares. A fonte, embora sendo efetivamente masculina, permitiu-nos extrair 600 artigos que fizeram referência à mulher ou foram assinados por elas. Jornais de outros nove Estados brasileiros também foram observados, totalizando 700 artigos.

revelou informações necessárias ao entendimento da condição feminina e das ações das mulheres. No entanto, o jornal é uma fonte que também exige cuidado especial, pois pode traduzir antes mais uma imagem que se quer transmitir do que a descrição precisa do fato. Foi exatamente na análise sobre a atividade jornalística, feita por Ciro Marcondes Filho³, que se encontrou a melhor justificativa para os cuidados que devem ser observados quando se trabalha com dados fornecidos pela imprensa. Ele relaciona o jornalismo com o poder, onde criar jornais representa elevar ao máximo o interesse que indivíduos e grupos têm em afirmar publicamente suas opiniões pessoais, de classe, de doutrina ou de nação, buscando preservar uma suposta impessoalidade e afirmar-se como “a verdade”. Assim sendo, o jornal é um veículo de reprodução parcial da realidade, porque seleciona e exclui o que vai sair publicado, como, com que destaque e com que favorecimento. Também considera que os jornais, por não serem neutros, a longo prazo, colaboram com a formação de opinião e comportamento. Como um artesão, o jornal diariamente constrói ideologia.

A imprensa operária do final do século XIX e início do XX, efetivamente, utilizou-se do jornal como o principal veículo para difusão de seu ideário. Foi o mais importante veículo de comunicação entre os trabalhadores. Com os jornais, estimulava-se uma ação próxima, através da mobilização, união e organização, daqueles homens e mulheres que desejavam a libertação da humanidade e de todas as formas de opressão. Os jornais de ideologia anarquista foram hegemônicos neste período. Entre suas principais bandeiras de luta, originais e ousadas, figurava a emancipação da mulher, muito difundida nos seus periódicos.

Nas centenas de artigos publicados por *A Lanterna*, que fizeram referência à mulher, não só se caracterizou a sujeição feminina, nos diferentes aspectos, mas também revelou-se a sua resistência, na procura de novos caminhos para a superação das condições tradicionais da sua vida, e na luta de oposição aos preconceitos existentes contra ela, em relação ao trabalho assalariado, ao direito ao amor e à união por livre escolha.

³ MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.

Os temas abordados com mais freqüência n' *A Lanterna* foram a posição que as mulheres ocupavam na sociedade, a sexualidade e a violência. O foco recai sobre a opressão moral da mulher e a permanência do discurso e valores masculinos que a restringiam à esfera da vida privada, à maternidade e aos cuidados do lar, considerado "seu lugar por natureza".

Sempre com vistas ao combate clerical e objetivando afastar a mulher da má influência do clero, *A Lanterna* utilizou-se da denúncia dos padres como abusadores sexuais, a fim de manter a mulher, esposa e filha, distante da Igreja. Ao proporem que ela recusasse a influência da Igreja Católica, apresentavam-lhe outra alternativa chamando-a para estar ao lado do homem, no campo da emancipação e da liberdade para toda a humanidade.

A Lanterna, ao tratar de forma consistente o anticlericalismo, usou a denúncia do exercício da sexualidade dos clérigos, como uma violação da Igreja ao seu próprio código de conduta. Deram à sexualidade de padres e freiras um tratamento diferenciado, maniqueísta, como quase toda a abordagem relacionada à sexualidade clerical entre adultos. A sexualidade exercida por clérigos foi considerada como desordem e, por exclusão, a ordem sexual encontrava-se com os leigos e leigas.

Dois temas d' *A Lanterna* chamam a atenção, um refere-se à violência física e sexual contra mulheres e crianças, outro, à homossexualidade. Ao abordarem a homossexualidade, o discurso dos editores em nada diferia da posição da Igreja Católica Romana ao impor a heterossexualidade como normalização das práticas sexuais humanas.

Em relação às violências, na interpretação que Bóris Fausto fez d' *A Lanterna*, em seu *Trabalho Urbano e Conflito Social*, destacou que as denúncias de violências sexuais cometidas por padres, serviram, para os editores daquele jornal, como instrumento de sensacionalismo e clichê moralista. Com essa análise, o autor não considerou a impressionante dor feminina e infantil, revelada pelas denúncias, as quais, vistas sob uma óptica feminista, refletem um forte apelo à necessidade de que os crimes sexuais sejam punidos. Todo abuso, todo ato de violência deveria ser punido, pois a impunidade constituiria um reforço do ato abusivo.

Somando-se todos os artigos publicados por *A Lanterna*, referentes à violência de geração e gênero, constata-se que essa linha editorial transformou-se em uma campanha semanal contra

a impunidade. Para as mulheres, esse discurso, certamente, integrava-se com os aspectos cotidianos e elementares que revelavam a vulnerabilidade feminina à violência física e sexual, sobretudo, para mulheres pobres.

Os artigos que trataram dos crimes contra as mulheres, cometidos por leigos, são relatos de espancamentos e assassinatos quase sempre em defesa da honra. Combater a impunidade compõe a doutrina anarquista, que busca na justiça, o respeito e a igualdade da mulher. Todavia, nem sempre os libertários saíram em defesa de uma posição mais favorável para a mulher vítima de um agressor, quando este era um leigo e pobre.

Muitas páginas da imprensa anarquista revelaram a movimentação das mulheres e como se articularam, no combate ao preconceito, na conquista de direitos e igualdade e na constituição de novos vínculos sociais. Demonstraram sua resistência e desejaram ser reconhecidas com mais dignidade, ampliando os espaços das discussões sobre as questões femininas e sexuais. Organizaram-se em centros, clubes e associações, especificamente formados por mulheres. Foram as precursoras da forte movimentação feminina ocorrida na década de 20, quando houve uma explosão de organizações femininas e feministas, compostas por mulheres de maior renda, educadas e com diferentes propostas.

SEXUALIDADES: ORDEM E DESORDEM

*Por que aceitar conselhos sobre sexo vindos do Papa?
E isto admitindo que entenda alguma coisa sobre o
assunto, o que ele NÃO⁴ deveria. (George Bernard Shaw.)*

Para divulgar a propaganda anticlerical, *A Lanterna* utilizou-se do exercício da sexualidade das freiras e dos padres, publicando notícias nacionais ou internacionais, que podiam ser de última hora ou fatos ocorridos já distantes no tempo. Apresentaram aos leitores artigos, contos, anedotas e ilustrações

⁴ (Grifo nosso)

como sinônimo de desordem sexual, de práticas de atos imorais e revoltantes. Ocupou-se de denúncias sobre as paixões *desenfreadas e anti-naturais* do clero, para que, através delas, cada vez mais a humanidade se afastasse da Igreja.

Uma das frentes de combate ao clericalismo foi o celibato eclesiástico, julgado uma instituição contra a natureza, uma infração às leis biológicas, que contribuía para a ocorrência de crimes hediondos. O celibato clerical foi considerado uma ameaça constante, sobretudo às famílias que dos padres se aproximavam e neles depositavam confiança cega, expondo assim esposas e filhas ao abuso sexual, além de ser o causador da pederastia entre monges adultos e responsável pelas relações mantidas com freiras. Avaliava-se que tudo o que cercava o padre, longe de ser um obstáculo, era incentivo à prática de atos imorais, ou seja, o ócio em que vive o clero, o contato diário com crianças e mulheres, ocasiões favoráveis, contingências prolongadas e, sobretudo, a segurança da impunidade.

O argumento de que o celibato fazia com que os clérigos constituíssem famílias ilegais foi energicamente utilizado. Se padres são homens e freiras são mulheres, se são jovens, vigorosos e sadios, por que apenas eles são obrigados a fugir do exercício da sexualidade, dos gozos naturais e por que são proibidos de constituírem família legal e procriar às claras? A disciplina eclesiástica obrigando ao celibato torna os sacerdotes propensos a praticar o seu erotismo de forma clandestina e contribui para que as relações sexuais mantidas pelos membros do clero tenham conotação de escândalo, ilegitimidade ou delito.

FREIRAS

Nos artigos d'*A Lanterna*, um sentido diferente foi dado ao tratamento da sexualidade de padres e freiras, explicitando-se a crença nos atributos simbólicos específicos dos gêneros — dominante, dominada.

Ao se referirem à sexualidade das freiras, o tom usado foi quase sempre de deboche, como *as virgenzinhas* ou seus *fogozos ardores*. Apareceram, ora como vítimas desonradas por padres e administradores de asilos, ora como imorais, pois, dentro dos conventos, tornaram-se amantes dos padres. Também foram consideradas hipócritas, egoístas e ociosas que, embora fossem

despojadas do amor materno, gozavam de consideração e respeito, enquanto a esposa e a mãe, que cumpriam com imenso sacrifício o seu dever, passavam despercebidas na vida. Os conventos foram considerados antros de corrupção moral e física.

Nos artigos, a gravidez e a maternidade das freiras sempre foram motivo de zombaria. Tratamento muito distinto daquele que foi dado às mulheres em geral, que não se recusaram ao que se julgava a sublime missão do sexo feminino.

Aos pais de família, insistia-se que freiras não podiam educar uma menina para os encargos da vida social, para as responsabilidades do lar futuro. Não podiam ensinar ser boa mãe, porque as religiosas fizeram voto solene de castidade; não podiam ensinar as normas de meiga esposa, porque desconheciam o casamento; não podiam ensinar a boa filha ou boa mãe, porque abandonaram os próprios pais e irmãos, renegaram a própria família.

Em uma área “de silêncio” que repousa sobre um mutismo que tem séculos de história⁵, n’*A Lanterna* não se encontrou nenhum artigo que fizesse referência às freiras lésbicas. Assim, sob as luzes d’*A Lanterna*, todas freiras foram heterossexuais, brigando entre si por ciúmes de algum padre do qual eram amantes.

Negar a existência lésbica não foi uma exclusividade d’*A Lanterna*, como demonstraram Rosemary Curb e Nancy Manahan⁶, elencando várias obras de investigação que não mencionaram relações sexuais entre freiras. Manter esse silêncio faz parte de uma intenção mais ampla de negação da existência de possibilidade de relacionamentos sexuais entre duas mulheres e de uma sexualidade distinta do modelo heterossexual imposto e considerado “normal” pelos valores sociais dominantes. A normalização da sexualidade se fundamenta na alegação de que outras possibilidades sexuais são “desvios”. Desviante, a relação lésbica foi vista como vício, perversão, possessão satânica ou pecado contra a natureza. Em todos os tempos sempre houve quem, por várias razões, se “desviasse” do modelo da heterossexualidade. Não deve ter sido por ingenuidade que os

⁵ CURB, R.; MANAHAN, N. *As freiras lésbicas: rompendo o silêncio*. Tradução de Diogo Borges. São Paulo: Best Seller, 1987. p. 32.

⁶ *Ibid.*, p. 33

artigos d'A *Lanterna* que trataram da sexualidade das freiras, referiram-se apenas às relações heterossexuais.

AS CONCUBINAS DOS PADRES

Os anticlericais devassaram a sexualidade dos padres, tratando-a com desprezo e intolerância. As relações heterossexuais mantidas pelos clérigos foram entendidas como libertinagem, porque contraídas através da sedução que quase sempre levavam esposas ao adultério. Em abril de 1911, *A Lanterna* estampava: *Todos sabem que a odiosa missão do padre é deshonrar donzelas, seduzir casadas, enganar viúvas e perverter o sacrosanto lar da família num prostíbulo.*⁷

Segundo o dogma do celibato, os eclesiais não podem constituir família, mas elas efetivamente existiram através dos concubinatos e filhos ilegítimos. "Podiam" ter filhos desde que fossem desprezados e atirados ao anonimato, e a situação civil das mães ficasse sem reconhecimento jurídico. As mulheres ou moças que coabitaram com padres, eram apresentadas à comunidade local, como tendo algum grau de parentesco com o religioso, geralmente eram ditas primas ou sobrinhas, mas também as cozinheiras, arrumadeiras - as serviçais da casa paroquial. Foi com estas mulheres que os padres mantiveram suas uniões mais duradouras, das quais, na maioria das vezes, resultaram filhos ilícitos. As mulheres que ministravam as aulas de catecismo, geralmente, eram sabidas como as amantes dos padres. As concubinas dos padres foram vistas como meretrizes impudicas.

O concubinato dos padres ora foi considerado *porca mancebia*, ora dizia-se que o padre que tinha uma concubina com seus relativos filhos, entre todos era o mais honesto, porque, ofendendo o dogma, era o único que ainda podia vangloriar-se duma família própria.

As mulheres que viveram com padres, ou as que com eles tiveram filhos e foram abandonadas, usaram inúmeras estratégias para não ficarem no total desamparo social e econômico, já que a

⁷ *A Lanterna*, São Paulo, 22 abr. 1911.

situação civil era de ilegitimidade. E até apareceram durante a celebração da missa cobrando do padre o cumprimento do seu dever de pai. Uma mulher, na cidade de Pederneiras, exigiu indenização em dinheiro, na quantia de 20 contos, pela sua honra, pois tinha sido prostituída pelo padre, quando era ainda jovem e viúva, tornando-se sua companheira de anos e com quem tivera uma filha. Ameaçou-o de arrancar-lhe a vida, caso esse não lhe atendesse. Outra, casada na Alemanha e abandonada, exigiu o pagamento de pensão alimentícia. Jovens que engravidaram de clérigos, por temerem escândalos, não arrumando nenhuma solução, elas próprias mataram seus bebês.

Artigos revelaram que, para evitar que de suas conquistas aparecessem provas, os padres importaram as célebres camisas de vênus, ou provocaram abortos em suas parceiras sexuais através de preparados para esse fim – uma boa quantidade de cachaça com buta.

O padre que, por meio da confissão ou freqüentando a casa de uma família, engravidasse uma moça, seria obrigado a reparar o “mal feito”. Na esmagadora maioria dos casos, os padres fugiram desses casamentos e o resultado, para as jovens, sempre o mesmo: expulsas da casa da família e jogadas na prostituição. Muitas mulheres casadas que foram surpreendidas pelos maridos em relações íntimas com clérigos, fugiram abandonando seus filhos. Como raramente os padres as acompanharam, o futuro dessas mulheres também seria a prostituição. Em uma época onde a virgindade e a maternidade legítima representavam o mais alto conceito para as mulheres, o casamento era a única carreira adequada. As mulheres sem proteção familiar, com filhos ilegítimos e nenhuma formação profissional, com pouca ou nenhuma chance de ingressar no mercado de trabalho, encontraram na prostituição a única forma de sobrevivência.⁸

As famílias das mulheres “ultraçadas” pelos religiosos, que apresentaram queixa ao Delegado, viram os rigores da lei penal muito poucas vezes serem aplicados, já que a maioria fugia,

⁸ SEIHET, R. É preciso ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, R. (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 191-212.

para não serem julgados e condenados por crime de sedução Os clérigos também contaram com a impunidade dos seus superiores hierárquicos que, quando muito, transferiam-nos para alguma outra cidade.

Por vezes, o escândalo tornava-se público, então, a atitude mais comum adotada pelos padres acusados era negarem a denúncia, alegando inocência ou atribuindo a culpa a um terceiro. Diziam-se vítimas de planos de extorsão, calúnia e difamação. Também utilizando-se de outro instrumento, faziam um documento que a moça desonrada assinava, isentando-os da culpa. Não foram muitas, as jovens que tiveram a coragem de acusar alguém que é, por excelência, um representante de Deus. Para Maria José da Silva, do Rio de Janeiro, eis o que os representantes de Deus faziam: *matam, roubam, defloram filhas de família ainda inexperientes, seduzem mulheres casadas, ocasionam a desgraça de muitos lares honrados e pacíficos.*⁹

Os padres que, através da sedução, arrastaram as esposas ao adultério ou as filhas “ao vício”, encontraram punição no povo que, muitas vezes não confiando nas autoridades judiciárias e eclesiásticas, fizeram justiça com as próprias mãos, aplicando-lhes desde boas sovas, depredação de igrejas, conventos, orfanatos e seminários, tentativas de linchamento, até a morte trazida pelo marido que assim vingava a honra ultrajada. *Quando se trata de honra, não é possível a indiferença.*¹⁰

Não só de sedução, filhos espúrios e abandono de mulheres eram as notícias sobre a vida sexual e amorosa dos pares, porquanto muitos verdadeiramente se apaixonaram, e atraés de cartas declararam o seu amor. Outros confessaram que estavam amando; alguns bateram-se entre si na disputa do amor de uma mulher. Houve os passionais que só na tragédia encontraram solução para o seu amor, e na luta contra a hipocrisia humana e a paixão, mataram suas amantes e em seguida suicidaram-se.

Os religiosos que se revoltaram contra o dogma do celibato foram excomungados e expulsos, ou tiveram de se retratar, ou abandonar a batina. Os que se casaram civilmente

⁹ A *Lanterna*, São Paulo, 5 nov. 1910.

¹⁰ A *Lanterna*, São Paulo, 13 maio 1911.

por vontade ou império da lei penal, foram suspensos e excomungados. Pelas normas canônicas, a dispensa do sacerdócio não é um direito, é graça concedida pelo papa que pode nunca chegar.

Os anticlericais d' *A Lanterna* concluíram que a devassidão do elemento clerical deu-se de maneira ostensiva, na imoralidade das mancebias e da prostituição de moças indefesas, a despeito das leis sociais e à sombra da impunidade da lei penal.

LEIGAS

Se para freiras e padres o exercício da sexualidade foi interpretado como desordem e ato ilícito, a ordem sexual, certamente, estava restrita aos leigos.

Os artigos que trataram da sexualidade das mulheres leigas, referiram-se a jovens honestas, pobres, religiosas e conceituadas que, sem conhecimento de formas de contracepção entregaram-se sexualmente e foram abandonadas grávidas e impossibilitadas de criarem seus filhos. Outras, empregadas domésticas, foram desonradas por seus patrões que se valeram de seu privilégio de classe e sexo, como se a cessão do corpo fizesse parte das atribuições das tarefas domésticas.

Para essas mulheres, desprovidas do conhecimento do poder que possuem os corpos femininos e do domínio desses corpos, a sexualidade transformou-se em subordinação. Por outro lado, não tendo controle sobre a reprodução, foram obrigadas a reprimir sua sexualidade. Para controlar uma gravidez indesejada, certa vez, divulgou-se, através de um anúncio, a existência de um preparado — Philagina — que não causaria estragos à saúde da mulher, à venda em todas as drogarias do Rio de Janeiro e de São Paulo, numa embalagem de caixa para cerca de 15 dias. Para maiores informações, contava-se com uma caixa postal e o nome de um médico que responderia desde que lhe pagassem ou enviassem os selos.

Contra essas mulheres, a principal arma da sociedade foi a opressão da sua sexualidade. A virgindade era considerada um bem precioso, por isso, as moças deveriam conservar-se virgens, negando-se à experiência sexual até o casamento e dominando seus desejos mais intensos. A obrigatoriedade de se manter a honra legalizava as mulheres como objeto sexual e as

conservava ignorantes sobre a sexualidade. Educadas para o casamento, mas não para o sexo, chegavam a ele sabendo nada ou muito pouco sobre a relação marital, pois a moça informada deixaria de ser respeitável e passaria a ser considerada indecente.

O controle do desejo, exercido pela Igreja sobre as mulheres, era notório nas recomendações feitas pelos padres, para que as casadas não consentissem que os maridos usassem *de seus direitos maritais* mais de uma vez por semana, e, se fossem muito ardentes, que os obrigassem a tomar laxante para enfraquecer.

Os livre-pensadores foram tolerantes com as prostitutas, porque as perceberam apenas como infelizes vítimas do sistema capitalista ou da armadilha de um falso amor, mas que mantinham seus sonhos de entregar seus beijos e corpos — que vendiam por sobrevivência — a quem as amasse de verdade. Acusavam serem os responsáveis pela prostituição: o poder legislativo que, em vez de zelar pela educação na infância, deixara as meninas crescerem na ignorância, entregues ao analfabetismo; a péssima organização do regime burocrático capitalista e o Estado burguês que fazia da mulher uma prostituta.

As análises feitas pelos livre-pensadores não conseguiram ultrapassar a barreira de classe, fortemente refletida na sua moral libertária. Assim, quando uma mulher que nunca estivera na miséria abandonava o seu marido e tornava-se amante de um homem rico, era considerada fútil e leviana. Mas as que se amasiavam com operários, foram mulheres de senso e coração.

Também para as mulheres leigas, não se encontrou entre os 700 artigos selecionados por esta pesquisa, nenhuma referência à sexualidade lésbica ou a existência de lésbicas. Destacamos, então, a publicação, em 1910, de uma piada que demonstra a ocultação dessa sexualidade: um homem comenta que não é verdade que os Dez Mandamentos são para toda a gente, sem distinção alguma, pois para os homens são dez e nove para as mulheres, porque a estas é inútil mandar que não desejem a mulher do próximo. Em um outro artigo, de 1911, verificou-se apenas um comentário, sugestivo para a época, ao noticiar sobre as causas desconhecidas que levaram uma jovem rapariga a suicidar-se no rio Tietê. Cita-se que, desde a infância, ela possuía o hábito de trajar-se sempre de homem.

HOMOSSEXUALIDADE

Se as relações heterossexuais dos clérigos eram motivo para escândalos e serviram para a propaganda anticlerical, como denúncias de práticas repugnantes e torpes, a homossexualidade masculina, por ser entendida como doença, vício e anti-natural entre membros do clero, serviu como exemplar representação da imoralidade da Igreja Católica. A crença era de que cada padre tinha as suas perversidades, sendo a principal a sodomia.

As luzes d'A *Lanterna* revelaram não só a intolerância dos seus editores contra a sexualidade dos clérigos, como expôs de maneira contundente sua homofobia. Homofobia, segundo George Weiberg¹¹, significa aversão, repugnância aos homossexuais. A fobia aparece nesse caso como um antagonismo em relação a um certo grupo de pessoas. Esta fobia em atividade é preconceito.

Se existir alguma dúvida sobre a existência da homofobia, considere que na Inglaterra e nos EUA, durante centenas de anos, a homossexualidade não era mencionada. Nas cortes, os crimes homossexuais eram proclamados em latim ou concluídos em uma língua secundária, e os juízes sentenciavam pessoas a deteriorar na cadeia por atos considerados tão vis que eles não deveriam nem falar sobre isto. Por este motivo, a homossexualidade foi algumas vezes chamada de 'o crime sem nome'.

Os sacerdotes cristãos homossexuais foram considerados pelos editores d'A *Lanterna*, homens falhos de senso moral, e o desejo homossexual, um desejo torpe e bestial. A homofobia dos editores d'A *Lanterna* foi tão evidente que encontramos na obra de Edgar Rodrigues a recomendação de que não devemos *execrar os homossexuais como fazia o jornal anarquista A Lanterna...*¹²

¹¹ WEINBERG, G. *Society and the healthy homosexual*. United States of America: Anchor Books, 1973.

¹² RODRIGUES, E. *Quem tem medo do Anarquismo?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1991. p. 66.

Em 1910, uma nota enviada por um correspondente de Ribeirão Preto, divulgava ser muito fácil encontrar um vigário, de próxima afinidade com o sangue africano, que gostava de rapazes, no Largo do Rocio, na galeria Cruzeiro e no passeio público, onde os infelizes invertidos se ajuntavam à noite.

No jornal *A Obra*, definido por seu editor, como um semanário de *cultura popular, com pretensão de publicar noticiário, crítica, arte, literatura e sociologia*, encontrou-se um artigo publicado em 15 de maio de 1920 intitulado *Classe Maldita: os almofadinhas*, escrito por Geraldo de Andrade. O conteúdo é recheado de ironia. No início, ele trata o almofadinha como vítima de uma campanha injusta, levada a cabo pelo carioca que, voltado contra ele, julga-o um indivíduo nocivo à sociedade por estereotipar o que há de mais execrável em matéria social e por isso deseja exterminá-lo. São palavras do texto: *Julga-o desfibrado, amolecido e por isso incapaz de um gesto enérgico tendo-o também em conta de efeminado pelo seu todo de coquete, pela sua voz maviosa e pelos seus gestos de pluma*. O artigo sugere que o moço “chic” ignora a causa de sua calamidade e que sua falta de ânimo para o trabalho, o seu amolecimento, a sua inatividade, demonstra que ele é anormal e digno de estudo. Que assim como Jeca Tatu sofre de verminose, *o almofadinha não é mais nem menos do que um encylostomado [...] que tem vermes nos seus intestinos delicados*. O autor conclui: *começo a crer que, num caso único os ancylóstomos já estejam, lá pelo seu cérebro a exterminar-lhe as idéias*. Seria esta a origem do termo pejorativo “bicha” para referir-se ao homossexual masculino?

Para negativar ao máximo a imagem dos clérigos, relacionaram a sexualidade desses à prática de delitos, como roubo, assassinato, violência sexual, ou a estados mentais alterados como histeria e suicídio. Para reforçar quão pervertidos eram os clérigos, mesmo à revelia de comprovações científicas, divulgaram em 13 de maio de 1911 que a autópsia feita no Padre Rondi, que havia estrangulado sua amante e depois se suicidado, havia constado que o reverendo suicida era homossexual. Até a indumentária da Igreja foi alvo da homofobia, por feminilizar a aparência, o que convinha aos sodomitas da Igreja.

No discurso da sexualidade e, sobretudo, sobre a homossexualidade, é que esses anticlericais entraram em contradição com a proposta do pensamento libertário de igualdade e liberdade para todos.

A doutrina anarquista não impõe nenhum código moral ao indivíduo. Para Bakunin, o primeiro dever do homem é o respeito pela liberdade dos demais, sendo essa a base de toda moralidade.

*A liberdade pessoal significa não ceder em seu pensamento ou vontade ante nenhuma autoridade que não seja sua própria razão ou sua própria idéia de justiça; essa é a condição indispensável para que se respeite a dignidade humana, o incontestável direito do homem, o símbolo de sua humanidade.*¹³

O discurso da sexualidade para os livre-pensadores foi o discurso da heterossexualidade, única forma de manifestação da sexualidade entendida como “natural”. O discurso entre a sexualidade lícita e a ilícita não permite espaço para o diferente, para a diversidade.

A heterossexualidade imposta como normalização das práticas sexuais humanas, foi obra exatamente da Igreja Romana, tão execrada pelos anticlericais. Os esforços dos religiosos, para manter sob controle a sexualidade humana, são incansáveis e inesgotáveis e nessa tarefa contaram com a ajuda inestimável dos editores d’*A Lanterna*.

Além dos conflitos de consciência perante a Igreja, aqueles que não cederam à imposição da heterossexualidade obrigatória, também vivenciaram a exclusão, fato ocorrido a muitos livre-pensadores. William Godwin¹⁴, teórico anarquista, abordando o tema dos direitos humanos, apontou para que se tratasse de conceder a todos as mesmas oportunidades e os mesmos estímulos, e fazer que todos se inclinassem e se interessassem pela justiça.

¹³ BAKUNIN, M. Los fundamentos económicos y sociales del anarquismo. In: HOROWITZ, I. L. *Los anarquistas*. [S.l.: s.n.], p. 162.

¹⁴ GODWIN, Willian. Los derechos humanos y los principios de la sociedad. In: HOROWITZ, I. L. *Los anarquistas*. [S.l.: s.n.], p. 142.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS

A questão da violência, embora não tenha sido o tema prioritário dos editores d'*A Lanterna*, ganhou importância na medida em que apareceu atrelada às denúncias feitas pelo jornal contra os clérigos e à religião católica. As manifestações de violência são de diferentes formas: o estupro, a prostituição forçada, o assédio e o molestar sexual, a violência nas relações do casal, rapto, maus tratos físicos, o assassinato de mulheres e os homicídios cometidos por homens e mulheres.

As ocorrências de violências sempre tiveram o sentido de dominação, foram manifestações do exercício do poder, utilizadas como uma ferramenta de ensino, punição e controle.

AS HOMICIDAS

As mulheres homicidas estiveram presentes em todas as classes sociais e seus crimes se deram por diferentes motivos e não apenas pelo fanatismo religioso. Algumas que haviam sido seduzidas e abandonadas por padres, liquidaram-nos. Em Roma, uma jovem rica, seduzida e abandonada, tentou por vingança, envenenar o padre. Na França, a poetisa Alicre Crespy enfrentou nos tribunais a acusação de ter assassinado o seu amante, o Padre Chassaing. Uma ministra francesa matou, a tiros de revólver, um jornalista da grande imprensa para defender sua honra "delicada e suscetível"; o jornalista havia publicado uma carta íntima da senhora e a ameaçara de publicar outras. A mulher recorreu ao Tribunal de Justiça, buscando calar a boca do tal jornalista. Tendo o seu recurso negado, matou-o, *pensando em si e em seu marido*.

As mulheres também cometeram o infanticídio, matando seus filhos tidos com clérigos, pela impossibilidade de criá-los numa sociedade cujos costumes estavam centrados nas relações matrimoniais.

Embora a quantidade de artigos, denunciando as violências cometidas pelas mulheres, não fosse inexpressiva, as mulheres não chegaram a constituir-se como as principais agressoras. Elas aparecem muito mais como vítimas das diferentes violências que permeiam as relações de gênero.

CRIANÇAS

Por serem destituídas de qualquer poder, a criança é o mais vulnerável dos seres, transformando-se facilmente em potencial vítima da violência. Muitas crianças, sobretudo, as pobres e órfãs, de ambos os sexos e de todas as faixas etárias, deixadas em estabelecimentos de educação sob a guarda de religiosos e religiosas, foram vítimas de agressões físicas e sexuais. A imprensa anticlerical publicou diversos artigos que denunciavam tais violências.

Um crime chamou, particularmente, a atenção por seus curiosos aspectos. Trata-se de um caso de prostituição infantil, ocorrido em 1912, onde o acusado foi um anticlerical, Victor Flachon, ex-diretor de *La Lanterne*, rico diário anticlerical de Paris. Ele foi condenado a um ano de prisão e 500 francos de multa pelo crime de corrupção de adolescentes. Pagava para proxenetas lhe entregarem meninas de 13, 14 e 16 anos para seus prazeres e para assistir seus atos sexuais com sua amante Georgette Verón. São curiosos os comentários dos editores do nosso *A Lanterna*, pois argumentaram que as meninas já estavam corrompidas antes de conhecerem Flachon; que esse homem não havia feito voto de castidade; que Flachon censurava exatamente aos padres este voto hipócrita e absurdo; contudo, consideraram que ele não tinha suficiente autoridade moral para verberar as imoralidades clericais. Os editores d'*A Lanterna* deixaram claro que não se solidarizavam com criminosos, mesmo que tivessem sustentado a mesma luta que eles. Atribuiu-se a imoralidade e a incoseqüência de Flachon ao meio em que ele vivia, a classe social a que ele pertencia. Assim, traçaram a diferença entre o anticlerical editor do jornal francês e estes editores d'*A Lanterna* brasileira, que pertenciam ao povo de onde eram arrancadas as pobres crianças para tais devassidões.

Apenas os crimes sexuais, cometidos contra crianças e adolescentes, alcançou uma crítica mais consistente e recebeu o tratamento de violência. É impressionante o número de artigos sobre crimes sexuais praticados por clérigos contra menores de idade. Estas denúncias foram o carro-chefe da propaganda anticlerical d'*A Lanterna*. Ao publicar tais ocorrências, pretendia-se que toda mãe passasse a odiar os infames com o mesmo ardor com que amavam os seus filhinhos.

Em defesa da infância, contra o assédio, violações, estupros, abusos, pedofilia e atentados ao pudor, os anticlericais desempenharam um importante papel de pressão popular na denúncia contra a impunidade, a não aplicação das leis e na conivência da polícia em relação a estes crimes.

Para demonstrar a devassidão e a imoralidade da vida religiosa, os editores d'A *Lanterna* não pouparam espaços em seu jornal para publicar todo tipo de notícia que ilustrasse essa argumentação. Lê-se nas páginas desse semanário:

*Quando frades não encontram à mão mulheres casadas para seduzir, ceivam seus instintos em pobres meninas que eles estupram ou em meninos que eles violentam. Cada padre, cada frade é um pederasta violentador de meninos e ou estuprador de meninas.*¹⁵

Considerava-se bem aventurado o país que não conhecia os padres, porque ali os estupros, os infanticídios e tantos outros crimes, de que o padre era a raiz, não existiam e o egoísmo não triunfava.¹⁶

A maioria das agressões sexuais cometidas contra menores de idade, ocorreram dentro das instituições religiosas de ensino, nas igrejas, sacristias e no coral.

Na cidade de Florianópolis, em 1909, o Frei franciscano Herculano Limipinzel foi acusado de haver violentado um menino. Ele fugiu, mas foi preso em Porto Alegre. Logo após essa acusação, apareceu outra vítima, Ida Celestina Dias, com 17 anos de idade, contando que, quando ela estava com 12 anos de idade, havia sido estuprada pelo mesmo frei, mas que, na época, manteve o fato oculto. Como prova, apresentou diversas cartas que o padre lhe enviara e contou que começou, naquela época, a receber presentes, santinhos e dinheiro. O padre foi acusado de ter deflorado outras três meninas suas alunas. Ele foi processado, e o pedido de *habeas-corporis*, alegando que ele era maluco, um infeliz doente, foi negado pelo Tribunal.

¹⁵ A *Lanterna*, São Paulo, 13 nov. 1909.

¹⁶ A *Lanterna*, São Paulo, 17 out. 1909.

Os jovens assediados dentro dos conventos, seminários e templos resistiam e não cediam senão forçados. Alguns preferiram calar-se, nada dizendo aos seus, envergonhados de uma culpa que não era sua ou para evitar expor os seus entes queridos à curiosidade pública e ao escândalo ou, ainda, porque sentiram-se indefesos, certos de que os agressores eram pessoas poderosas, dispondo de apoio e proteção. Diversas crianças queixaram-se aos seus pais, que submeteram seus filhos a cuidadosos exames e, ao constatar-se a ocorrência de abuso sexual, denunciaram ao Delegado, foram aos jornais. Nem sempre foi fácil para a família encontrar um advogado que aceitasse formular a denúncia contra o padre e, muitas vezes, a imprensa se calou ou publicou pequenas notas sobre o caso. A justiça e a polícia, não sendo pressionadas pela população e pela imprensa, nada faziam, nada viam, nada ouviam.

A mistura de sexo com Igreja Católica sempre gera conflitos e não é facilmente tolerada. É muito difícil denunciar um padre por abuso sexual. Quando não há processo civil – o que ocorre na maioria dos casos por interferência das dioceses – o método usado pela Igreja Católica é o da acareação.

A pedofilia para os padres não é uma questão moral. A Igreja considera a pedofilia uma doença e, por isso, os padres não são afastados definitivamente do exercício do sacerdócio. O Direito Canônico, que regula a demissão de um padre de seu estado clerical por pedofilia, prevê outras penas onde o sentido da punição é *reparar o escândalo, restabelecer a justiça e corrigir o réu*. Reparar o escândalo é confessar o abuso, podendo haver indenização financeira; a correção do réu envolve tratamento psiquiátrico e espiritual com tempos fortes de oração, contemplação, jejum, abstinência e acompanhamento de um orientador espiritual.

Quanto à criança que foi molestada sexualmente, os eclesiais acreditam que, com o tempo, ela esquecerá os abusos, uma vez que ainda não tem personalidade e nem malícia.

Inegavelmente, a imprensa exerce o papel fundamental de denunciar e mobilizar, além de informar a opinião pública e, enquanto o sexo for rechaçado e negado no interior da Igreja Católica, ele seguirá funcionando como grande atrativo para quem o teme e prefere experimentá-lo na duvidosa inviolabilidade de sacristias, e com crianças inocentes.

A sociedade brasileira daquele período, culturalmente estruturada pela autoridade da Igreja católica, por valores masculinos e homofóbicos, desempenhou um papel decisivo na manutenção da submissão das mulheres casadas e solteiras e sobre as pessoas de diferentes orientações e identidades sexuais, através do controle dos seus corpos, pelas diversas formas de violência física e pelo preconceito.

Para as mulheres, a imprensa libertária anticlerical teve um papel fundamental para a ampliação e a conscientização sobre a situação desfavorável em que se encontravam a maioria das mulheres daquele período. A organização das mulheres marcou um avanço na sua condição social, contribuindo para que se libertassem da opressão que as sujeitavam. E, mesmo que as mudanças não vieram imediatamente, a vivência experimentada por elas foi um passo importante na formação da cidadania e na transformação do destino de todas nós.

THE ANARCHIST PRESS AND SEXUALITY

ABSTRACT

The anarchists heavily influenced the labor movement and the Brazilian working class of São Paulo in the early twentieth century. The movements' newspapers called for direct action by men and women to fight against exploitation and oppression. Anarchists wrote widely about the emancipation of women. However, an examination of *A Laterna*, one of the anarchists' newspapers published in São Paulo, reveals that the authors and editors resisted adopting new approaches to overcoming traditional roles for women and to confronting prejudices about women's relationship to work, their right to sexuality, and the possibility of free affective unions. Authors used anti-cleric discourse to criticize alleged sexual excesses committed by priests and nuns that at the same time reinforced normative attitudes about sexuality.

KEYWORDS

Sexuality; Anarchism; *A Lanterna*; Homosexuality



Jornal A Lanterna: folha anti-clerical e de combate,
São Paulo, 16 jul. 1910, p. 1.